

ALFREDO PIMENTA E O INTEGRALISMO LUSITANO¹

Ao Estado Novo que então obscuramente se gizava, a Acção Realista poderia ter sido uma alternativa possível, já que defendia o integralismo que depois vem a cumprir-se em certa medida, e apoiava o rei

Surgidos em 1914 em torno da revista de filosofia política “Nação Portuguesa”, os integralistas constituem-se em grupo político dentro da Causa Monárquica em 1916 e automarginalizam-se a partir de 1919, com maior ou menor premência até à morte de D. Manuel II.

Representam, dentro do panorama político e intelectual português, um arejamento, um sopro de “diferente” em relação às correntes de ideias que então dominavam espíritos pensantes da cena pública.

Uma tentativa de superação do Estado liberal

Significam, em opiniões abalizadas, uma tentativa de superação do Estado Liberal que vivia então uma das suas muitas crises, e uma poetização do ambiente. Contrários ao conceito da soberania nacional, defendem uma sociedade hierarquizada em competências, o respeito pelas *elites*, uma monarquia com um rei «absoluto», no sentido medieval da questão, ou seja, desligado de quaisquer dependências que não sejam as que a consciência integral da sua função lhe ditar, um programa fundamentalmente agrícola e gremial. Traziam à superfície em brilhantes produções literárias imagens sintetizadoras do passado português na sua saga medieval, tonificadoras da «alma portuguesa».

Com grandes afinidades com eles, ressalta em 1915, Alfredo Pimenta, o propugnador incansável da «ordem como condição do progresso» que, vendo goradas as suas esperanças no regime republicano, submetendo-se em atitude científica, na sua própria expressão, ao «império dos factos», fazia conclusão pública pela monarquia, convencido de que na instituição régia se encontrava afinal a possibilidade da estabilidade almejada.

¹ A bibliografia por extensa não é aqui reproduzida. No entanto, o artigo baseia-se no jornal «Acção Realista», de 1926, na Revista «Acção Realista», 1924, 1925 e 1926; na bibliografia de Alfredo Pimenta, e «Monarquia», de 1919 e 1923.

A sua adesão à monarquia fora esperada e era aplaudida pelos monárquicos mais atentos, dada a feição crescentemente conservadora que vinha imprimindo ao seu republicanismo, sobretudo a partir de 1911. Do mesmo modo era vilipendiada com violência pelos republicanos que viam partir das suas fileiras um correligionário incómodo mas de valor. De todas as críticas que lhe dirigiram, as mais interessantes serão as de Raul Proença, que na «Seara Nova» negava a coerência filosófica que o novo monárquico atribuía à sua evolução. Embora Alfredo Pimenta a tenha várias vezes explicado e ela salte à evidência através dos seus escritos, vale a pena ler a análise que dela faz António José de Brito, num recente estudo ao comentar o primeiro centenário do seu nascimento.

No seu republicanismo fora-se afastando cada vez mais, entre 1906 e 1911, da orientação democrática em que via singrar o Partido Republicano. Saudara no Partido Evolucionista o partido da ordem e da «recondução de cada classe ao seu devido lugar» para que Portugal pudesse recuperar o lugar que internacionalmente a sua História lhe merecera. Mas, dotado de uma feição própria de pensar e ser, acabara por encontrar diferendos com os próprios evolucionistas, junto de quem desempenhava o papel de teórico. Levaram estes a mal a declaração de germanofilia que Alfredo Pimenta faz em conferência da Liga Naval (1914) embora defendendo que Portugal assumisse os seus compromissos e alinha-se pela Inglaterra no conflito europeu que então se acendia. E logo em 1915 é Alfredo Pimenta quem não pode aceitar que, depois da sua proposta de apoio ao governo Pimenta de Castro, os evolucionistas se juntem à sedição de 14 de Maio e colaborem no governo da «União» a par com os democráticos, que para ele eram incapazes de levar Portugal a um bom termo.

«Militante» do positivismo

«Militante» do sistema positivista, passe a expressão aplicada a um sistema de pensamento e a quem depois o teve sobretudo como disciplina de espírito, mas usada tão somente para salientar o entusiasmo que a sua descoberta suscitou nele. Alfredo Pimenta acabou por dar nas suas análises políticas a tónica máxima à questão da formulação do poder político, cuja definição olha como condição primacial para a viabilidade da vida social. Será, aliás, esta prioridade que o fará dissidir dos integralistas em 1919, que o fará ver-se anulado pelos chefes da Causa Monárquica em 1926 e, numa data mais longínqua, o fará criticar o Estado Novo, que apesar da obra, no seu entender e aplauso de reconstrução nacional, não resolvia o problema político, o que o tornava, «vistas as coisas no plano do futuro» quase inteiramente estéril.

Com efeito, de estudante maravilhado e estupefacto perante a torrente de ideários que descem às suas leituras coimbrãs naqueles finais do século passado e princípios do nosso (Alfredo Pimenta vive em Coimbra de 1899 a 1909), passa ao fascínio pelo sistema filosófico de Comte, que lhe dá uma possibilidade de «ordenação» da experiência histórica portuguesa ao mesmo tempo que o leva à consciencialização daquela faceta da «positividade» do espírito humano cujo uso o pensador francês tem como a condição do progresso. E, se as primeiras análises que faz à sociedade portuguesa são a aplicação conseguida dos esquemas *comteanos*, nos seus estudos subsequentes, vai-se acentuando a consideração do seu organicismo, das leis que lhe presidem, que se devem estudar, respeitar e corresponder a uma determinada ordem. Esta para Alfredo Pimenta, integrado no sistema de Comte, repousa num conceito de sociedade-conjunto de seres convergentes para um mesmo fim, agremiados segundo as suas profissões, desempenhando para a sobrevivência e afirmação do conjunto tarefas que serão, para uns, de carácter material, para outros, de natureza espiritual. O governo da sociedade deveria resultar da acção combinada de governados, governantes e pensadores. Aos primeiros competia manifestar ordeiramente as suas aspirações, aos terceiros teorizar as soluções para essas aspirações e aos segundos saber coordenar esses dois indicadores. Atrapalhar esta ordem e pôr as classes laboriosas a solucionar os problemas políticos e os governantes a obedecer-lhes era, para Alfredo Pimenta, um atropelo à verdade e, portanto, a via mais rápida para o naufrágio. Ora a que vivia era precisamente o contrário do que os seus estudos lhe ensinavam. Por isso se dirige com cada vez mais frequência à parte conservadora da nação. A sua produção política-literária republicana, tanto no domínio dos objectos práticos como no da fundamentação teórica, encerra características que veremos continuadas na sua actividade como monárquico. A defesa da unidade da causa, a importância da teorização para a educação e o esclarecimento das mentalidades (para Alfredo Pimenta, sempre a teoria deve preceder a acção), a reprovação da mera crítica demolidora e a sua substituição por propostas construtivas são constantes das muitas páginas que incansavelmente escreveu. Tal como os integralistas o farão, defendia a família, unidade básica da sociedade, e reprovava o divórcio; presta culto à especialização e é consequentemente contrário ao sufrágio universal; tinha a consciência de um Portugal de difícil sobrevivência até sob o ponto de vista internacional e por isso vincava a necessidade do seu fortalecimento. Para solucionar o problema da ordem, defende como republicano um presidente o mais vitalício possível, sintetizador da nação. Como não vê isso possível dadas as características de que a República se ia revestindo, chega à conclusão de que só o rei o poderia conseguir, precisamente pelo

facto de a origem do seu poder estar fora da vontade nacional, ser de origem histórica e se justificar pela tradição e pela sucessão dos séculos. Afirmar, «Aquele que detém, mercê do facto histórico, o poder, cerca-se de quem melhor corresponder aos seus planos e compreenda a finalidade da nação. A ele cumpre escolher e afastar; à nação cumpre obedecer e trabalhar», antefraseando de certo modo uma famosa frase que ecoaria pela nação em famoso discurso uns tantos anos depois.

Uma Monarquia do século XX

É com estas ideias que se junta aos monárquicos pronto a tentar sanar os ambientes das demagogias, a libertar a sociedade da desordem, a contribuir para um Portugal respeitado «Eu não vim para a monarquia como um descrente na república; eu vim para a monarquia como um crente em certos princípios monárquicos. O meu acto não foi um acto negativista de desgastado e céptico. Foi um acto afirmativo de combativo e crente. Trouxe princípios – não princípios abstractos ou subjectivos mas sim princípios produzidos pelo estudo e corrigidos e modificados pelos factos». Quer uma monarquia tradicional, bem portuguesa, nem Idade Média nem século XVIII; uma monarquia que fosse do século XX e aproveitasse dele os ensinamentos que pudesse colher.

A Causa Monárquica era nesta altura, segundo informações de análises recentes, continente de várias facções em que se destacavam os monárquicos representantes das famílias da nobreza, terratenentes, com interesses na banca, ao estilo da granja e do banco de Oliveira Martins, constitucionalistas por formação e juramento; os miguelistas saudosos e afastados da corte recém-destituída, portadores na sua pele das espoliações que as reformas liberais lhes tinham feito e se dividiam em partidários de D. Miguel II e do príncipe D. Duarte Nuno, e a geração dos mais novos, escol social e intelectual, os integralistas. Alfredo Pimenta aproximava-se destes últimos pelos interesses intelectuais, formação universitária e pontos de vista filosófico. Com excepção de algumas questões de pormenor, as suas ideias correspondiam à dos integralistas, salvo na concepção da Arte. Enquanto para estes ela teria uma função social, para ele, era sobretudo um ludismo estético. Mas de um modo geral o que o integralismo propunha para a vida portuguesa é semelhante ao que Alfredo Pimenta defendia. No entanto, nunca se integrou no integralismo como grupo político, cansado que estava da disciplina partidária, certo que ao grupo haveria sempre de preferir a ideia. E assim sucedeu algumas vezes.

A sua participação na Causa Monárquica é marcada por um labor intenso, orientado para a mentalização dos monárquicos. Em conferências, jornais, deslocações a vários

pontos do País, o seu objectivo é restaurar o sentimento monárquico para que de abstracção nebulosa passasse a realidade e definir as «bases da monarquia futura» para que chegado o momento inevitável do vazio aberto com a queda das instituições republicanas, não funcionasse do lado dos monárquicos o improvisado, a indecisão, a perda da oportunidade, em suma. Mas o esforço a desenvolver haveria de ser batido por muitos ventos, pois contraditórios se mostrariam afinal aqueles que tinham como ideal a volta da monarquia. E, neste contexto, o caso mais interessante é o do posicionamento do rei D. Manuel II face às vontades portuguesas, como se pode depreender pelas cartas por ele escritas a Alfredo Pimenta entre 1920 e 1931 e que a análise de outras correspondências, como por exemplo a enviada ao conselheiro Aires de Ornelas certamente poderá esclarecer.

A «Acção Tradicionaísta Portuguesa»

De 1921 a 1926, parece haver, pelo menos oficialmente, uma concordância crescente entre D. Manuel II e a orientação que Alfredo Pimenta defendia para a Causa Monárquica. Mas esta concordância tinha como pano de fundo a reprovação silenciosa, primeiro, actuante depois, da parte constitucional da dita Causa e, como seria lógico, a reprovação distanciada dos integralistas. Recém-vindo do exílio para onde o atirara a sua adesão forçada à monarquia do Norte, António Sardinha, por exemplo, apelidará de divisionista ou manobra constitucionalista o movimento doutrinário que com Caetano Beirão, Luís Chaves, Ramiro dos Reis e Oliveira Monteiro, Alfredo Pimenta forma dentro da Causa em 1921 e a que chamam Acção Tradicionalista Portuguesa. Ela surge como uma correcção aos integralistas que, convencidos de que a morte de Sidónio abrisse a ocasião de não desperdiçar para restaurar a monarquia e conscientes da confusão que se gerara nas hostes monárquicas e havia levado às tentativas falhadas das revoluções do Norte e de Monsanto, se haviam lançado numa acção de pressão sobre o monarca. Exigiam-lhe a chefia de um movimento militar para repor a monarquia, a designação do seu herdeiro e o repúdio do sistema constitucional. A todas estas pressões o rei reagira negativamente evocando a inoportunidade do momento – a situação de crise gravíssima em que se encontrava a nação portuguesa e as negociações em curso para a esperada amnistia dos muitos monárquicos nas prisões ou no exílio; a incongruência do pedido sobre o regime monárquico dado o juramento que o ligava à Carta e ainda a delicadeza do problema que era a designação do seu herdeiro. Mas prometia submeter-se ao veredicto das Cortes Gerais uma vez reimplantada a monarquia acerca da sua constituição. A esta atitude os integralistas, responderam pura e simplesmente com a desvinculação da obediência que até então os ligava ao

rei. Afirmariam depois, quando tratavam de negociar a questão do herdeiro da Coroa com os legitimistas que acima da legalidade da pessoa do rei estava a legitimidade do interesse nacional «(...) somos nacionalistas antes de sermos monárquicos e somos monárquicos porque só pela monarquia podemos servir a nação». Isto não cabia na coerência filosófica de Alfredo Pimenta. Explica-lhes que o rei se identifica com o interesse nacional: «O rei não é o porta-estandarte de um grupo; é a consubstanciação, a personificação da própria existência nacional. O rei é o elemento actual, visível da dinastia. E a dinastia é a direcção permanente, a orientação permanente, a autoridade permanente.» E, humanizando a instituição rei, mais tarde lembrava que ao rei deviam os súbditos a lealdade da paciência e o dever do esclarecimento. «O rei não é uma simples palavra. O rei é uma pessoa; tem inteligência, tem coração, tem vontade, tem nervos. Tem, além disso, atrás de si uma longa série de reis, e diante de si um futuro a que as suas responsabilidades estão ligadas. O rei é «Alguém» - alguém com A grande. Se os outros têm a liberdade, a igualdade e a fraternidade com maiúsculas, dêem ao orador (Alfredo Pimenta) o direito a ter uma maiúscula também esse alguém. (...) O rei é diferente de nós, tem um passado que nós não temos, tem responsabilidades que nós não temos. O nosso dever é facilitar-lhe a sua missão, pondo ao seu serviço a nossa inteligência e o nosso prestígio. Bem se sabe que ninguém é preso para ser rei, mas o rei não o é porque queira. É-o (...). A Acção Tradicionalista, além de ser uma correcção ao desvio doutrinário em que os integralistas teriam caído, é também uma proposta, um programa para permitir a união de todos os monárquicos antiliberais à volta do rei. O seu ideário é o dos integralistas. A sua proposta, a do realismo político. «Somos integralmente realistas – realistas porque obedecemos ao rei, e realistas porque nunca nos esquecemos das realidades históricas e nacionais.» As realidades que então reconheciam era a existência dos partidos políticos cuja representação admitiam na Câmara dos Deputados das futuras Cortes numa proporção ínfima. «Reconhecer a “existência” dos factos não é transigir com os factos ou integrar-se neles. A gente reconhece os gigantes e não é gigante, anões e não é anão. Reconhecer a existência de uns e de outros não é defender o gigantismo ou o contrário».

Mas nunca poderiam admitir ou colaborar na destituição ou eleição do rei sempre que a sua legitimidade estivesse teórica e historicamente assegurada. Os integralistas encarniçaram-se contra esta atitude. É a acção tradicionalista pela linguagem expressiva de Alfredo Pimenta e certamente irritante para quem se dirigia, escrevia: «... quisemos formular princípios realizáveis. Não quisemos deslumbrar com fogos de pirotecnia os espíritos ávidos de novidades e bizarras; quisemos que se soubesse o

que nós, amanhã, faremos, se as circunstâncias nos colocarem em condições para isso, - o que nós faremos e sabemos já que é possível fazer-se.

Formular-se um programa reconhecidamente irrealizável e, portanto, condenado à falência, não. Os programas estão desacreditados, precisamente porque não se realizam.»

Justificavam também a sua orientação pelo eco que seriam das aspirações de muitos monárquicos que, próximos dos integralistas mas fiéis ao rei, se viam agora desorientados. D. Manuel em carta datada de Paris (6/9/1921) aplaude o movimento e elogia as qualidades intelectuais de Alfredo Pimenta que tanto beneficiavam a causa.

Do Pacto de Paris

Teve breve duração a acção tradicionalista. Mas os monárquicos viam com apreensão esta desarticulação de esforços e em 1922, por sugestão do constitucionalista Rui da Câmara e do lugar-tenente do infante D. Duarte Nuno, D. Lourenço de Almada com a adesão de Aires de Ornelas, lugar-tenente de D. Manuel, resolvem tentar a convergência. Esta é conseguida em Paris no que ficará conhecido pelo Pacto de Paris. Estando reunidos os representantes de todas as facções dos monárquicos ou directamente ou por interposta pessoa chega-se a acordo em assuntos importantes. Os casos, por exemplo, da obediência geral ao rei exilado na resolução em futuras cortes a reunir depois da restauração da monarquia, de assuntos como a fórmula do regime, o herdeiro, da coroa e o da integração, para já, no directório da causa monárquica de um monárquico liberal, um integralista e um miguelista. Isto significava que dentro da causa eram legítimas todas as tendências. A elas se abriria o «Correio da Manhã», órgão oficioso da causa. Havia ainda um clausulado confidencial cujo conteúdo será interessantíssimo analisar mas em que importa aqui salientar que se combinava que para director do jornal se nomeasse Alfredo Pimenta substituindo Aníbal Soares, liberal. Chegados porém a Lisboa, deslaçam-se as boas vontades e, além de Aníbal Soares não ceder o seu lugar a Alfredo Pimenta, os integralistas Alberto Monsaráz e Almeida Braga vêm-se irradiados da Junta Central do integralismo lusitano e os legitimistas retraem-se. E 1923 vê abrir-se um incidente que dará origem no princípio do ano seguinte a um novo movimento sempre da causa monárquica: Acção Realista Portuguesa constituída por um núcleo central que conglomerava os nomes de Caetano Beirão, João Ameal, Ernesto Gonçalves, Fernando Campos, Ramires dos Reis, Santos Silva e Alfredo Pimenta.

O incidente fora a conferência proferida por Alfredo Pimenta na sede das Juventudes Monárquicas em Lisboa em Maio de 1923. Nessa conferência, o seu autor traçara com firmeza as «bases da monarquia futura».

Entre essas bases encontramos o sindicalismo «porque o sindicalismo está nas tradições portuguesas, é o grande meio das classes operárias atingirem o desenvolvimento profissional, moral e intelectual a que têm direito», mas este sindicalismo não era revolucionário, «é económico e profissional. O capital e o trabalho são duas forças aliadas, não inimigas (...). Maldito seja quem levantar entre as duas animosidades e intriga. Bendito seja quem conseguir o seu inteiro apoio (...); encontramos a defesa da terra e o repúdio da plutocracia. «Antes da República não havia as fortunas súbitas que hoje a cada passo encontramos por aí. A situação financeira do Estado é péssima; péssima a situação económica da Nação, mas há fortunas enormes constituídas subitamente e ignoradamente.

Porquê? Porque a república é o regime da plutocracia. Negócios são negócios e quem faz da vida um negócio tanto lhe faz que esteja a república como a monarquia contando que possa fazer o seu negócio (...). Há uma riqueza mais útil para a colectividade: a riqueza imobiliária, a terra; encontramos o valor da aristocracia e da família: «... a aristocracia desempenha uma função social de importância muito maior do que muita gente supõe. Pelas suas maneiras, pela sua educação quando tem a consciência do seu dever, a nobreza é o exemplo mais vivo do que é a existência social, com os seus instintos modificados e contidos, com os seus impulsos reprimidos, com a sua animalidade restrita»; por outro lado, «um povo é o que é a família. Família fortemente constituída dá um povo de vida feliz e sã. Família em dissolução dá povo a desagregar-se». Uma Universidade autónoma e privilegiada, umas Forças Armadas estruturalmente nacionais, quer dizer, monárquicas e um rei tradicional, não absoluto à Idade Moderna, com competências absolutas na defesa e na política diplomática, na nomeação do seu executivo que será este assistido por comissões técnicas especializadas e com umas Cortes representativas da Nação na fórmula das integralistas, enquadravam a monarquia que defendia. Não concebia, no entanto, que se restaurasse a de 1910.

... À «*monarquia futura*»

Esta afirmação valer-lhe-ia as críticas veladas dos monárquicos liberais e a distanciação indirecta e depois cada vez mais oficializada do Correio da Manhã. Distanciação do órgão oficioso da causa provoca um pedido de explicação de Alfredo

Pimenta sob a forma de carta dirigida a Aires de Ornelas, imediatamente apoiada por um grande número de pessoas.

Estes apoios dão origem ao acima aludido movimento da Acção Realista, em Janeiro de 1924. Defendem o «espírito» do Pacto de Paris quanto à legitimidade das várias tendências dentro da causa, reafirmam lealdade ao rei e o ideário integralista. Vêm-se sancionados pela causa e aplaudidos pelo rei, que escreve nesse sentido a Alfredo Pimenta, em 23 desse mês, embora antes (18 de Janeiro) lhe tenha lembrado que os monárquicos que mais lhe protestavam a sua obediência não o podiam colocar na situação embaraçosa de se declararem intransigentes sobre a monarquia de 1910 à qual ele estava ligado por um juramento. Não deixava no entanto de reafirmar a sua intenção de se submeter ao veredicto das Cortes a realizar, chegado o momento, sobre esse assunto. A esta carta, Alfredo Pimenta dá grande importância pois vê nela não só a nobreza de carácter do rei, preocupado com compromissos aos quais se sentia ligado como a disponibilidade para a revisão da constituição fundamental do reino. Conclui por isso que só restava pôr mãos à obra. Conquistar, para o ideário integralista, os monárquicos e o rei. A Acção Realista desenvolve então uma acção intensa: publica uma revista quinzenal, enceta actividade editorial, lança as bases para a organização ao nível do País, desencadeia toda uma acção de mentalização.

Entretanto, Alfredo Pimenta demonstra ao rei que o seu juramento já o não obrigava, indo buscar razões ao direito canónico, a São Tomás, à história, etc.,

Chega-se ao ano de 1925. Endurecem-se as posições políticas: o fruto republicano ameaça cair, apodrecido. Os integralistas, extinta a sua junta central, não deixam de desenvolver uma enorme acção de propaganda; os católicos, à vontade. No seu centro católico condenam pela voz do Bispo de Bragança o indiferentismo dos católicos perante o centro cuja orientação é a de que eles devem sacrificar as suas preferências políticas à sua religião e juntarem-se no centro que está pronto a colaborar com a república para a ganhar.

Agreste e contundente, Alfredo Pimenta sustenta com o bispo uma longa polémica demonstrando a impossibilidade de os católicos não serem monárquicos e a de colaborarem com a república dada a sua natureza maçónica e anticatólica. D. Manuel escreve entusiasmado a Alfredo Pimenta considerando estas suas páginas a melhor acção que jamais executara em prol da monarquia.

Ordena que a Acção Realista integre o Conselho Político Superior da Causa Monárquica e envia a 2 de Fevereiro do ano seguinte uma mensagem aos

monárquicos em que manifesta uma certa distanciação da monarquia dos partidos e dos parlamentares e, dirigindo-se aos jovens, promete submeter-se ao critério das futuras cortes. Nela pode ler-se: «A monarquia do futuro tem de ser baseada sobre Deus e a religião, sobre a tradição e a autoridade, sobre princípios e convicções, sobre a ordem (...). As eleições são indispensáveis hoje, mas o País reclama, e com razão, alguma coisa mais. O sistema parlamentar tal como existe faliu ... (...)».

Era a vitória da Acção Realista e de Alfredo Pimenta, que escreve que aquela mensagem não dava a vitória a esta ou aquela facção. Tão só representava a vitória da nação.

A vitória e a derrota

Era a vitória, mas era também a derrota. Porque com a vinda da mensagem do rei começava uma luta feroz entre a Acção Realista e os restantes dirigentes da Causa e do Correio da Manhã. Este órgão officioso, nunca publicará a referida mensagem na íntegra. Apenas comentários sincopados de Aires de Ornelas pressionado por Alfredo Pimenta. E se durante as primeiras semanas de Março, o Correio da Manhã publica artigos de Alfredo Pimenta sobre as palavras do rei, passadas elas, Alfredo Pimenta é silenciado não só nas colunas do jornal como pela própria Causa Monárquica que o notifica a nunca mais falar na mensagem do rei. Esta notificação é assinada pelo lugar-tenente substituto já que Aires de Ornelas desistindo de pacificar a Causa, hesitando entre sabe Deus e alguns arquivos ainda não estudados a que pressões e as de Alfredo Pimenta, se ausenta para Paris. A Acção Realista sai do Conselho Político da Causa sob as censuras dos seus dirigentes. O rei está um ano sem escrever a Alfredo Pimenta e quando finalmente o faz alude indirectamente a toda a questão dizendo que não quer nem pode comentá-la. Limita-se a desejar que os monárquicos se unam. A Acção Realista começa a publicação de um quotidiano sob a direcção culta de João Ameal. Pelas suas colunas perpassam os comentários interessantes do seu notável corpo de redactores e as observações sugestivas de Alfredo Pimenta aos acontecimentos do 28 de Maio.

O que tinha querido afinal a Acção Realista? Quisera prevenir o que estava acontecendo. Em 26 de Julho, lembrando a mensagem do rei, Alfredo Pimenta imaginava o que poderia ter acontecido se a «casta liberalista e eleioeira» (sic) a tivesse acatado. A Causa Monárquica naqueles momentos que se atravessavam em que se constatava a ausência de uma filosofia política para conduzir os acontecimentos poderia ser «o fiel da balança impondo-se pela sua direcção, pelo seu objectivo, pela sua compreensão do momento histórico». Tal não acontecia,

porque na Causa havia vencido a outra facção. Afinal o que se passara? Teria a Acção Realista conquistado para o ideário do integralismo o próprio rei? Teria este subestimado a amplitude da sua acção? O que é certo é que ao Estado Novo que então obscuramente se gizava, ela poderia ter sido uma alternativa possível já que defendia o integralismo que depois vem a cumprir-se em certa medida e o rei que existia.

Maria Teresa Pimenta

in Diário de Notícias, 31 de Maio de 1984